

País ganha força em negociações multilaterais

Sergio Leo
De Brasília

Após breve período em que pareceu optar pelos acordos bilaterais como principal caminho para integração comercial com o mundo, o governo brasileiro decidiu fazer das negociações multilaterais, na Organização Mundial de Comércio (OMC), a chave principal para eliminar as barreiras à expansão dos mercados para os produtos brasileiros.

No fim da semana passada, o convite do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, para o encontro informal de países líderes na OMC, em Londres, patrocinado pelo representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, mostrou que o país assumiu papel de protagonista nessas negociações.

Autoridades de governos não convidados, como o do Japão, ou impossibilitadas de ir a Londres — caso da Índia —, pediram a Amorim que levasse à reunião sugestões e preocupações desses países, numa demonstração da

importância assumida pelo brasileiro nos debates multilaterais.

Os governos interessados em tirar do impasse as negociações da OMC, em Genebra, decidiram jogar todo o peso político na tentativa de elaborar, até julho, o que chamam de “quadro” (framework) para orientar os negociadores, espécie de texto com compromissos genéricos para o futuro acordo de abertura comercial na nova rodada da OMC, com espaços em branco que seriam preenchidos à medida que se aproximassem as posições dos 148 países da organização.

O Brasil ganhou destaque nesses encontros preliminares graças à iniciativa de criação do G-20, formado por países em desenvolvimento empenhados em reduzir os subsídios desleais dos países ricos a seus agricultores. “Sob a coordenação do Brasil, o G-20 consolidou sua posição de protagonista central da Rodada”, comemorou o embaixador do Brasil na OMC, Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Na prática, nesse papel de coordenador, o Brasil tem

sido consultado em todas as decisões e reuniões informais dedicadas a desfazer o nó em que se meteu a OMC, na rodada de negociações iniciada em Doha.

O G-20, que reúne países fortemente empenhados em liberalizar o comércio agrícola, como Brasil e Argentina, e outros com pesadas práticas protecionistas, como a Índia, se une para cobrar dos países ricos a redução das altas tarifas para certos produtos e a eliminação dos subsídios à agricultura capazes de distorcer preços e a competição.

Seixas Corrêa foi autor de uma proposta, acatada pelos outros países, que facilitou, em março, a aproximação das delegações de diplomatas nas negociações sobre agricultura. Em lugar de sucessivas reuniões com o diplomata encarregado de presidir os encontros, as delegações, por sugestão de Seixas Corrêa, realizaram reuniões paralelas, em que trocaram informalmente propostas para contornar o impasse.

A necessidade de se chegar a um acordo mínimo até julho

atende não só à pressa dos negociadores, mas também a pressões eleitorais: após essa data, a campanha eleitoral nos EUA e a mudança dos membros da comissão européia tornam mais difícil qualquer compromisso de dois dos principais parceiros na negociação. O papel do Brasil foi fortalecido também pela decisão preliminar do comitê de árbitros da OMC de dar ganho de causa parcial ao país no processo movido contra os subsídios ao algodão nos EUA.

O Brasil passou a receber atenção especial dos negociadores em Genebra, ainda, com a decisão da União Européia de vincular à rodada da OMC os resultados finais da negociação de abertura do mercado agrícola europeu no acordo de livre comércio com o Mercosul. Os negociadores passaram a acompanhar os gestos dos brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, para medir a reação à proposta européia, que promete maior exclusividade ao Mercosul no acesso ao mercado do continente quanto menores forem as con-

dições aos outros parceiros na organização mundial.

Apesar das negativas dos europeus e do repúdio dos negociadores do Mercosul a qualquer tentativa de reduzir a “ambição” da rodada comercial, o comissário europeu para Agricultura, Franz Fischler, em visita ao Cone Sul, na semana passada, repetiu que a União Européia tem apenas “um bolso” de onde tirar as ofertas em agricultura para seus parceiros comerciais. Maiores vantagens para todos na OMC significaria menores privilégios para o Mercosul.

Para experientes negociadores brasileiros, está claro ao governo que só na OMC será possível obter algum avanço em pontos essenciais na estratégia comercial do Brasil. Pelos interesses em jogo na negociação, o país tende a ser também um dos negociadores mais ativos na tentativa de contornar os impasses que certamente se repetirão à medida em que os sócios da OMC conseguirem avançar no rascunho do futuro acordo da rodada de Doha.